

As mortes violentas e as políticas de controle na Tríplice Fronteira¹

Sandra Cristiana Kleinschmitt²

Resumo: O presente artigo tem por objetivo discutir a variação das taxas de mortes violentas e as políticas de controle na Tríplice Fronteira. O estudo traça um comparativo entre os três lados fronteiriços. No lado brasileiro foram implementadas três políticas de controle com perfis distintos, a partir da década de 1990: duas são políticas de urbanização e uma de operações policiais. A primeira política foi o projeto “Beira-Rio”, que promoveu a remoção das favelas que estavam nas barrancas do rio Paraná. Uma das consequências dessa política foi o aumento das taxas de letalidades em Foz do Iguaçu, especificamente entre os anos 1998 e 2006. A segunda política adotada no lado brasileiro foi a intensificação das forças de segurança para coibir o “circuito sacoleiro”. O resultado imediato dessa política foi o desencadeamento de uma série de mudanças nas práticas ilícitas, que se difundiram para toda a região. Como consequência, as taxas de letalidades de Foz do Iguaçu caíram a partir do ano de 2006, mas aumentaram nos municípios vizinhos. A terceira política de controle está em desenvolvimento e diz respeito ao projeto “Beira Foz”, que ganhou apoio da Itaipu Binacional e dos governos estadual e federal. No lado argentino e no lado paraguaio, as políticas de urbanização não influenciaram no comportamento das letalidades em seus respectivos lados.

Palavras-chave: Mortes violentas; políticas de controle; Tríplice Fronteira; Estudo comparativo.

Violent deaths and control policies in Triple Border

Abstract: This article aims to discuss the variation in violent death rates and control policies at the Triple Border. The study provides a comparison between the three sides border. On the Brazilian side were implemented three control policies with different profiles, from the 1990s: two are development policies and police operations. The first policy was the project "Beira-Rio" which promoted the removal of slums that were in the Paraná river ravines. One consequence of this policy was the increase in mortality rates in Foz do Iguaçu, specifically between the years 1998-2006. The second policy adopted on the Brazilian side was the intensification of security forces to curb the "Sacoleiro circuit". The immediate result of this policy was the development of a series of changes in the illicit practices that have spread to the entire region. As result, Foz do Iguaçu mortality rates fell from 2006, but spread to neighboring municipalities. The third control policy is under development and it is the "Beira Foz" project, which won support from Itaipu Binacional and the state and federal governments. On the Argentine side and on the Paraguayan side, development policies did not influence the behavior of lethality on their respective sides.

¹ O presente artigo tem por base o capítulo 5 da minha tese de doutorado: As mortes violentas na Tríplice Fronteira: números, representações e controle social. Estudo comparativo entre Brasil, Paraguai e Argentina (KLEINSCHMITT, 2016).

² Professora Doutora do curso de Ciências Sociais da Universidade Estadual do Oeste do Paraná. sandrakleinschmitt@hotmail.com

Keywords: Violent deaths; control policies; Triple Border; Comparative Study.

Introdução

No Brasil, os municípios da faixa de fronteira se tornaram os espaços de maior intervenção nos últimos anos. Desde a criação da Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp), no início dos anos 2000, e mais recentemente, com a criação da Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras (ENAFRON), em 2011, várias políticas de controle foram realizadas. Nos outros lados da fronteira também ocorreram intervenções, mas cada uma a sua maneira. Por políticas de controle entende-se todas aquelas ações criadas pelo poder público para coibir ou inibir determinadas práticas que são criminalizadas em um determinado momento.

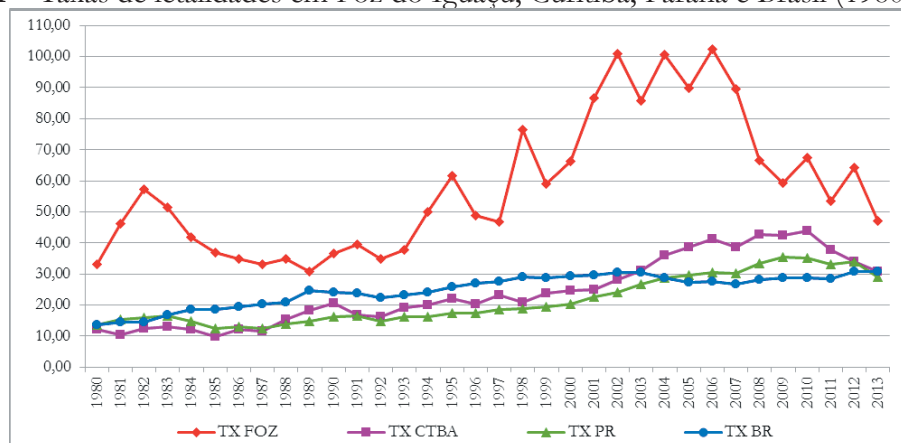
A região da Tríplice Fronteira ganhou destaque pelas altas taxas de letalidades que Foz do Iguaçu apresentou ao longo dos anos. O município alcançou a marca de 102 mortes por 100 mil habitantes em 2006 e liderou o *ranking* nacional das taxas de mortes juvenis durante os anos 2005 e 2006. Atualmente, o município se destaca pela diminuição dessas taxas, apesar de permanecerem altas. Os lados argentino e paraguaio também se destacam por possuírem taxas superiores aos seus respectivos estados (província/departamento) e países.

O termo mortes violentas ou letalidades refere-se àquelas mortes que foram provocadas por outro, independentemente da intenção do autor. Nessas mortes estão compreendidos os homicídios nos termos jurídicos culposos, dolosos e/ou qualificados, os roubos seguidos de mortes e outras violências, independentemente da legislação vigente em cada país, inclusive os encontros de cadáveres ocasionados por agressões e os casos de mortes pela polícia durante sua atividade. Não estão inclusos os acidentes de trânsito.

A “Tríplice Fronteira” estudada abrange territorialmente seis municípios de três países diferentes, sendo: Foz do Iguaçu (Brasil); Puerto Iguazú (Argentina); Ciudad del Este, Presidente Franco, Hernandárias e Minga Guazú (Paraguai). As seis cidades juntas somam mais de 800 mil habitantes e formam um sistema internacional urbano muito peculiar, porque não se trata apenas de áreas vizinhas a uma linha de fronteira. As áreas são contíguas também em relação aos aspectos econômicos, sociais, culturais e geográficos.

A série histórica exposta na Figura 1 será discutida ao longo do artigo em relação às políticas de controle implementadas em Foz do Iguaçu. Conforme o gráfico é possível perceber que as taxas de letalidades em Foz do Iguaçu são historicamente altas, mas possuem variações ao longo do tempo.

Figura 1 – Taxas de letalidades em Foz do Iguaçu, Curitiba, Paraná e Brasil (1980–2013)



Fonte: Datasus (2016). Nota: TX FOZ (taxa de Foz do Iguaçu); TX CTBA (taxa de Curitiba); TX PR (taxa do

Paraná); TX BR (taxa do Brasil).

Na próxima seção aborda-se o aumento das taxas de letalidades em Foz do Iguaçu, desde 1994 a 2006, com a implantação do projeto urbanístico “Beira-Rio” (1996). Na sequência, discute-se a diminuição das taxas de letalidades em Foz do Iguaçu, do ano de 2007 até os dias atuais, após a intensificação do controle aduaneiro e o combate ao circuito sacoleiro posto em prática a partir de 2003. Por fim, a terceira etapa que se configurara no projeto urbanístico “Beira Foz”, ainda não posto em prática, será discutida em relação às possíveis consequências para as taxas de letalidades. Para a pesquisa de campo foram realizadas 26 entrevistas semiestruturadas com policiais, jornalistas e *rappers* dos três lados da fronteira. Além da coleta de notícias em jornais do local.

O aumento das taxas de letalidades e a primeira fase das políticas de controle em Foz do Iguaçu

Desde o ano 1994, apesar das taxas de letalidades de Foz do Iguaçu já estarem elevadas, o município começou a sentir de forma mais intensa o aumento das taxas de letalidades. Essas taxas voltaram a retroceder em 1996 e 1997, quando retomaram o aumento e se configuraram em uma das mais elevadas do país, em 2006, ao atingir 102 mortes por 100 mil habitantes. Esse período coincidiu com a primeira política de urbanização elaborada pelas instâncias municipais: o projeto “Beira-Rio”. O projeto promoveu as remoções de favelas das barrancas do Rio Paraná para a construção da Avenida Beira-Rio. Os moradores removidos foram levados para o projeto “Cidade Nova”, que era um programa habitacional com casas populares localizadas ao lado da Itaipu Binacional. O argumento utilizado para o desenvolvimento desse projeto foi a promoção de melhorias habitacionais e da infraestrutura turística, mas se revelou uma ação local de combate ao tráfico, ao contrabando e à criminalidade violenta na fronteira.

As políticas de reurbanização em Foz do Iguaçu começaram no ano de 1979, diante do “déficit habitacional gerado pela Itaipu”, mas essa primeira política teve como foco um aspecto higienista: “[...] de limpeza das áreas centrais da cidade, já marcada pelo aumento constante de moradias sub-normais, habitadas por aquele exército de trabalhadores que inundavam a cidade, com a construção de bairros populares que visavam abrigá-los [...]” (CATTA, 2003, p. 133). Concomitante a isso, ocorreu à revitalização das ruas do centro e a reforma da rodoviária, que posteriormente foi construída em outro local.

Na década de 1990, o Plano Diretor do município de Foz do Iguaçu tinha como foco a melhoria na estrutura turística da cidade ao recuperar um dos projetos não realizados do Plano Diretor da década de 1970: a construção da Avenida Beira-Rio. Desde a década de 1970, a cidade havia sofrido mudança em seus arranjos espaciais, não só com obras públicas e privadas que promoveram o remodelamento de ruas, de avenidas e da construção de residências e prédios: “[...] mas também com a ocupação clandestina e o recrudescimento do comércio local e fronteiriço que contribuíram para que a Avenida Beira-Rio assimilasse uma nova concepção” (SOUZA, 1998, p. 71). Isso demonstrou a simbiose com o mercado imobiliário:

Apesar de, oficialmente, a obra ter sido justificada como obra de infraestrutura turística, a nova conjuntura lhe atribuiu outros propósitos, como desafogar o trânsito concentrado nas avenidas Brasil e Schimelfeng, **expulsar as favelas da região central da cidade** e promover especulação imobiliária. Como a execução

do projeto Avenida Beira-Rio implicava remover as favelas das margens do rio Paraná, o governo se viu obrigado e encarar o problema da falta de moradia, na cidade [...] (SOUZA, 2009, p. 66, grifos nossos).

Como já demonstrado, essa tentativa de remoções de favelas não começou na década de 1990. Esse projeto higienista foi planejado na década de 1970, mas posto em prática 20 anos depois. Essas favelas ocupavam e ainda ocupam majoritariamente as margens dos rios, principalmente do Rio Paraná e do Rio Boicy: “[...] É praticamente na faixa territorial desses rios que se concentra o maior número de pessoas **favelizadas**, aproximadamente 2.000 famílias [...]” (RIBEIRO, 2015, p. 162, grifo do autor). As favelas que estão nas barrancas do Rio Paraná ficam localizadas na linha de fronteira com o Paraguai.

Como as autoridades locais e as elites não conseguiam extinguir os “bolsões de miséria” das áreas centrais da cidade, combinaram um rígido controle e repressão à população pobre expulsando-as das ruas e das favelas, por que: “[...] viam naquele caos social uma ameaça a ordem estabelecida, e, portanto, reais perspectivas de ameaça à manutenção de seu poder, as autoridades queriam a todo custo **higienizar a cidade** [...]” (CATTA, 2011, p. 106, grifos nossos).

Em 1996, a Avenida Beira-Rio localizada nas margens do Rio Paraná foi parcialmente concluída. Conforme Ribeiro (2015), a avenida não foi construída como havia sido idealizada, porque no percurso original existiam quatro favelas: Favelas da Marinha, Favela do Cemitério, Favela do Bambu e Favela do Monsenhor Guilherme. Essas favelas tinham a população aproximada de três mil pessoas. A avenida foi construída parcialmente ligando a Ponte da Amizade a uma parte do centro de Foz do Iguaçu. As famílias que residiam nessas favelas foram removidas para o conjunto habitacional de casas populares do projeto Cidade Nova.

Esse projeto fica na Região Norte de Foz do Iguaçu, próximo à Itaipu Binacional e aos linhões de transmissão de energia de Furnas. O projeto evidencia o propósito de “desfavelizar” as margens do Rio Paraná, visto que a ocupação dessas áreas era associada às práticas ilícitas. Combinado a essas práticas ilícitas, o Centro era o bairro de Foz do Iguaçu que mais tinha casos de letalidades, o que ajudava a justificar as investidas do setor público no local:

O local que mais morreu gente foi na região central, porque era a região mais violenta. Hoje diminuiu as mortes no Centro porque a favela foi urbanizada, mas na época a região central era a que mais tinha mortes. Nos dias de hoje já está bem distribuído, as mortes ocorrem no Porto Meira, Cidade Nova, Três Lagoas, Jardim Dourados. Outro pessoal que ocupava o Centro era da Favela do Monsenhor. Eles foram tirados dali e levados pro Cidade Nova. Nesses lugares cresceu a criminalidade porque o pessoal foi levado pra lá. Inclusive essa Favela era a que aumentava a criminalidade do Centro e agora ela foi lá pro Cidade Nova. Esse pessoal ocupava o “cinturão de pobreza”³ e nesses locais que acontecia a violência (POLICIAL BR 1)⁴.

Ribeiro (2015) constatou que existiam várias disputas entre quadrilhas das Favelas da Marinha e do Monsenhor Guilherme, bem como a troca de tiros nas margens do Rio Paraná e nas imediações dessas favelas, mas: “[...] Com a dissolução da Favela da Marinha

³ “Cinturão de pobreza” é uma expressão usada para designar as favelas que estão nas beiras dos rios e sua configuração espacial tem o formato de uma cinta.

⁴ Para efeitos do presente artigo, os entrevistados serão referidos com a indicação de profissão/ocupação, seguida da abreviatura da nacionalidade e da numeração referente à distinção dos indivíduos na coleta de dados.

o centro obteve uma certa sensação de tranquilidade, para os moradores abastados e turistas que andavam nessas imediações [...]” (RIBEIRO, 2015, p. 213). No entanto, as disputas não acabaram, elas apenas foram transferidas de lugar e se acentuaram no Cidade Nova.

Nesse processo de remoções, não foi considerado o fator de territorialidade já existente nas antigas comunidades. Os antigos moradores foram realojados no bairro Cidade Nova sem considerar o antigo território, as antigas vizinhanças e os laços construídos na antiga comunidade, conforme relatou o *Rapper 3*:

No Cidade Nova foi Favela da Marinha, do Monsenhor Guilherme, do Cemitério e mais umas outras. Eles fazem um cadastro e sorteiam um tanto de casas. Aí pegam e dão dez casas pro Monsenhor, cinco casas pro Cemitério e misturam tudo. Nem vizinhos de casas o pessoal da mesma favela fica, por isso o pessoal não se acerta. Na Guarda Mirim foi diferente, eles ergueram os condomínios e só foi pessoal desse lugar morar ali, só que os outros foram mandando tudo pro Cidade Nova. Se você for conversar com o pessoal do Cidade Nova, um era do Monsenhor, outro não sei lá de onde, tudo misturado (RAPPER BR 3).

Nas várias pesquisas que Alba Zaluar (1996, 1999) desenvolveu, ela descreveu esse mesmo processo sobre os projetos habitacionais do Rio de Janeiro e detectou as mesmas consequências. Isso demonstra que esse processo de desfavelização não atingiu somente Foz do Iguaçu, mas revela o modelo aplicado no processo de desfavelização no Brasil, desde as décadas de 1970 e 1980. Os entrevistados do movimento *Hip Hop* descrevem que o processo de remoção promoveu o aumento das mortes violentas, da mesma forma como ocorreu nos morros do Rio de Janeiro:

No Cidade Nova dava morte heim! Se eu não me engano, a primeira morte que teve foi de uma mulher que foi esartejada. O marido picou ela inteira e jogou no mato. Depois começou uma matação dos infernos, aí começou a chegar aquela piizada que um queria ser melhor do que o outro. Nossa, se o corpo ficasse ali dava um cemitério muito grande. Foz do Iguaçu teve muita morte no início do Cidade Nova, eu mesmo não lembro de passar por uma rua que não teve morto, principalmente na caixa d’água, ali era um lugar escurão, que não tinha nada, não tinha luz, aí só escutava os estralos rá tá tá tá [som dos tiros] (RAPPER BR 3).

O *rapper* descreveu as primeiras consequências que os moradores sentiram com o processo de remoção: o aumento da incidência das mortes violentas. O local que ele descreve por “caixa d’água” tem um grafite com o desenho de um coração sangrando, pertinente e representativo para o contexto local. Ribeiro (2015), ao entrevistar um dos moradores do Cidade Nova, também detectou que a partir do processo de remoção as mortes aumentaram:

[Entrevista concedida por um morador do Cidade Nova:] No começo aqui era muito violento, tinha muitos grupos rivais que queriam dominar a situação por tráfico, por brigas, tinha muitas desavenças que surgiam. Aqui a maioria trabalhava no Paraguai na contravenção, no contrabando essas pessoas nunca se acertavam estavam sempre brigando. Na Cidade Nova tem um muro, uma caixa d’água que o pessoal chamava de paredão da morte era um muro aonde os caras levavam as pessoas para serem executadas. Ali, tinha uma plantação de soja debaixo do linhão, era uma área bem isolada, final de semana sempre tinha um morto lá [...] (RIBEIRO, 2015, p. 215).

As falas retratam o processo de reterritorialização (HAESBAERT, 2002) dos moradores que foram removidos das favelas das barrancas do Rio Paraná e as disputas que envolveram esse processo. Como identificado, o ciclo maior da violência no Cidade Nova ocorreu no início das remoções. O processo de remoção das favelas que tinha o intuito de promover a reurbanização da cidade, a especulação imobiliária, o turismo e indiretamente o combate das práticas ilícitas, sofreu um “efeito colateral”. O projeto não previu as consequências negativas dessa política de urbanização com caráter higienista e de gentrificação⁵.

A partir da execução do projeto “Beira-Rio” as taxas de mortes violentas – já altas – se intensificaram em Foz do Iguaçu. Isso ocorreu porque concentraram em um mesmo espaço famílias que moravam em favelas distintas e pessoas ligadas às mais diferentes práticas ilícitas e que eram antigas rivais. Nesse processo de reterritorialização, as disputas por novos territórios e novos mercados ficaram afloradas.

Nesse mesmo período, a Argentina intensificou ainda mais o controle de atos ilícitos em Puerto Iguazú ao implantar todos os órgãos de segurança que ainda não estavam no município. Especialmente o controle migratório ficou mais intenso e com regras mais duras (AMARAL, 2008). Por sua vez, o lado paraguaio não havia tomado qualquer medida extraordinária em relação à segurança pública ou ao controle fronteiriço.

A diminuição das taxas de letalidades e a segunda fase das políticas de controle em Foz do Iguaçu

A partir do ano 2007 ocorreu a diminuição constante e significativa das taxas de letalidades em Foz do Iguaçu. Uma explicação para essa queda contínua está relacionada à segunda fase das políticas de intervenção, agora especificamente de controle, por meio das operações do governo federal iniciadas em 2003 e das operações do governo do Estado do Paraná iniciadas no ano 2004.

No final da década de 1990, o governo brasileiro começou a colocar em prática algumas operações na Tríplice Fronteira. Mas foi na década de 2000 que as políticas de controle se intensificaram e foram direcionadas especificamente contra o circuito sacoleiro. A primeira delas foi iniciada pela Polícia Federal e levou o nome de “Operação Sucuri” (2003), que tinha a finalidade de combater um esquema de contrabando e descaminho na fronteira Brasil-Paraguai.

A Receita Federal realizou pela primeira vez a operação “Cataratas” (2004), que fazia um trabalho sistemático para acabar com o contrabando e o descaminho, com o intuito de impedir a entrada de mercadorias falsificadas no mercado brasileiro. Essa operação desenvolveu um conjunto de estratégias para romper com o contrabando, dentre elas a fiscalização dos hotéis próximos à fronteira com o Paraguai, a interceptação de comboios de ônibus de sacoleiros⁶ e o cadastramento de laranjas⁷ que passavam pela aduana brasileira.

5 Processo que envolve a remoção de moradores de áreas que interessam a determinados setores, para explorar economicamente o local.

6 Sacoleiro é o trabalhador responsável pela intermediação das relações comerciais entre os empresários paraguaios e os pontos de venda e distribuição das mercadorias para o território brasileiro. Ele é o atravessador e o distribuidor dos inúmeros produtos adquiridos no mercado paraguaio vendidos no Brasil, atuando de forma autônoma ou para um patrão (CARDIN, 2012).

7 Laranja, nesse caso, é o nome atribuído ao trabalhador contratado informalmente para transportar uma quantia de mercadorias conhecida como “cota”. Esse serviço auxiliava os sacoleiros na travessia dos produtos pela Ponte da Amizade e pelos Postos de Fiscalização da Receita Federal e da Polícia Federal (CARDIN, 2012).

Além disso, uma quantidade maior de agentes passou a fiscalizar de forma mais intensiva as regiões da Ponte da Amizade (CARDIN, 2011).

Abre-se um parêntese para reforçar que o controle na fronteira não começou na década de 2000. O Estado brasileiro sempre exerceu certo controle em Foz do Iguaçu, mas não de forma tão intensa como a partir desse momento. As iniciativas de combate ao contrabando ocorreram, por parte do Estado, desde o início da configuração territorial da Tríplice Fronteira. Mas, algumas iniciativas específicas ocorreram na década de 1970 com a compra de um aparelho sofisticado pela Receita Federal e com o aumento do efetivo policial, de 08 para 32 Policiais Militares. Naquele período ocorreu a construção de um aquartelamento definitivo, que chegou a contar com 100 homens, para atender às necessidades de segurança da cidade (CATTA, 2003).

O circuito sacoleiro não é composto somente por laranjas e sacoleiros, mas revela uma rede de relações complexas que vai desde os trabalhadores na Ponte da Amizade, como os cigarreiros⁸, os barqueiros⁹, os moto-taxistas, aos guias de compras, aos lojistas paraguaios, aos *mesiteros*¹⁰ e aos vários outros setores e trabalhadores, até a rede de hotéis e restaurantes brasileiros, conforme descrito nos vários estudos de Eric Cardin (2007, 2010, 2011, 2012).

Com a fiscalização mais rígida da Receita Federal, os setores envolvidos com o circuito sacoleiro sentiram os impactos dessa política de controle. As ações da Receita Federal retraíram a estrutura de funcionamento do circuito sacoleiro e promoveram mudanças na forma de trabalho, ao dificultar a manutenção de vários estabelecimentos comerciais no lado brasileiro e de todo o comércio paraguaio localizado no microcentro de Ciudad del Este. Os pequenos empreendimentos do lado brasileiro como os inúmeros hotéis e restaurantes próximos à Ponte da Amizade sentiram os impactos, porque além de cumprirem suas funções serviam como depósitos para estocagem de mercadorias (CARDIN, 2010).

Por outro lado, a operação “Foz Segura” (2004), promovida pelo governo do Estado do Paraná, intensificou o controle na fronteira com mais equipamentos e efetivos policiais. Na percepção dos policiais brasileiros essa operação foi uma das responsáveis pela diminuição das mortes violentas em Foz do Iguaçu, por reduzir a impunidade:

Ocorreu a redução das mortes quando a polícia militar e a polícia civil montaram a operação Foz Segura, porque veio muito policial de fora. Eu acredito que a redução da criminalidade se deu devido à probabilidade da pessoa pagar por aquilo que fez. Nessa época, o pessoal matava e a polícia não descobria quem era o culpado, não imputava nenhuma responsabilidade, por isso eu acredito que a criminalidade cresceu. Eu lembro da declaração do Delegado Macorin que naquela época apenas 11% dos crimes eram elucidados. Quando um cara matava ele sabia que não seria responsabilizado, mas quando começou a Foz Segura, o cara via a polícia e já desviava (POLICIAL BR 1).

Essas políticas geraram consequências para o local, especialmente no setor econômico e no setor de segurança pública. Em termos econômicos, fertilizaram outras atividades juridicamente consideradas ilícitas sem acabar imediatamente com o contrabando e com as ocupações vinculadas a ele. Cardin (2011) relata as transformações ocorridas dentro do circuito sacoleiro após a implantação das políticas de controle na década de 2000, como o

8 Cigarreiro é o trabalhador responsável pelo transporte de cigarros sobre a Ponte da Amizade (CARDIN, 2012).

9 Barqueiro é o trabalhador responsável pelo transporte das mercadorias pelo Rio Paraná (CARDIN, 2012).

10 Mesitero é uma espécie de camelô, com barracas sem alvará, que atuam no meio das ruas do microcentro de Ciudad del Este (RABOSSI, 2011).

desaparecimento do cigarreiro, comum na década de 1990.

Com o controle e praticamente extinção dessa prática se fortaleceram outras, como a dos barqueiros e dos laranjas: “[...] constata-se que as mudanças nas políticas e nas práticas de fiscalização impostas pela Receita Federal nos últimos anos não conseguiram extinguir de forma imediata o contrabando e, muito menos, alterar a conjuntura da fronteira na totalidade de suas relações [...]” (CARDIN, 2011, p. 127). Isso porque: “[...] a base de sustentação desse tipo de negócio não é a ausência de lei ou de controle, mas as diferenças econômicas e políticas intrínsecas aos países limítrofes [...]” (CARDIN, 2011, p. 129). Nesse mesmo sentido, Cardin argumenta:

[...] o estabelecimento de políticas de fiscalização mais rígidas não elimina os aspectos que fazem o mercado paraguaio ser uma interessante fonte de renda e sobrevivência. Dessa forma, enquanto houver as discrepâncias tributárias entre as mercadorias negociadas no Brasil e no Paraguai, sempre existirão sujeitos sociais organizando estratégias para se beneficiarem das vantagens existentes no contrabando, mesmo que para isso haja alguns riscos [...] (CARDIN, 2011, p. 129-130).

Por mais que se intensifique o controle na fronteira, a repressão não será totalmente eficiente, porque o que atrai as pessoas para esses lugares é a variação cambial. Por isso, a linha delimitadora dos Estados não interrompe as práticas do local, porque: “[...] antes das leis serem aplicadas, os diferentes ‘circuitos’ que exploram as diferenças fronteiriças já existiam de maneira arraigada nas tradições locais [...]” (CARDIN, 2012, p. 233).

Embora o controle tenha sido intensificado em relação a algumas práticas de trabalho, o contrabando e o descaminho não foram extintos. Por exemplo: os sentidos e as funções de antigas práticas desempenhadas por barqueiros, que diariamente navegavam pelo Rio Paraná transportando agrotóxicos, armas e drogas, converteram-se no transporte de outros tipos de produtos, dentre os quais aqueles considerados, em princípio, lícitos, que se tornam ilegais em função justamente da transposição da fronteira internacional. Dessa forma, o controle policial fez com que antigas formas de trabalho fossem reorganizadas.

Ocorreu uma série de outros reordenamentos que continuam em constante ressignificação e mudança de práticas, em especial porque o transporte por via terrestre foi cada vez mais fiscalizado e controlado, forçando a elaboração de novas estratégias, por parte daqueles que fazem o transporte, para minimizar o risco de perderem as mercadorias contrabandeadas: “[...] como a pulverização do transporte em carros de passeios, a utilização de pessoas com passe livre nas empresas de ônibus comerciais para o transporte das compras, a utilização dos serviços de transportadoras e, até mesmo, dos correios [...]” (CARDIN, 2011, p. 131). Cardin acrescenta que: “[...] Neste contexto, o processo de criminalização dos trabalhadores, aproximando-os de traficantes e terroristas, também se torna constante” (CARDIN, 2012, p. 224).

Conforme apontado pelo autor, foi nesse período que começou a geração de um discurso oficial que misturava e interligava as mercadorias lícitas, como roupas, bebidas, eletroeletrônicos, assim como cigarros e pneus, com as práticas consideradas ilegais, como o tráfico de armas e de drogas. Por isso a criação de discursos cada vez mais recorrentes que aproximam esses trabalhadores à condição de traficantes e terroristas¹¹.

Isso ocorreu porque a organização do comércio e da logística do circuito sacoleiro

11 A Tríplice Fronteira é acusada pelo governo da Argentina e dos EUA de abrigar células terroristas. Essa acusação ocorre desde 1992 e se intensificou após o atentado ao World Trade Center, em Nova Iorque, em setembro de 2001.

possui pontos em comum com a logística do tráfico e do contrabando. Um exemplo é o caso dos freteiros contratados para transportar as compras para o Brasil. Esses freteiros podem transportar pequenas compras para os turistas ou grandes quantidades para os “compristas” do circuito sacoleiro. Nesse caso, a diferença entre a prática legal e a ilegal é a quantidade de produtos. Por outro lado, a relação entre o circuito sacoleiro e o tráfico de armas e de drogas é mais delicada, pois existe semelhança na organização das atividades, porque geralmente ocupam os mesmos espaços e os mesmos mecanismos de transporte (CARDIN, 2012).

Um dos policiais brasileiros relata essa variação das práticas no mesmo espaço, mas em períodos do dia diferentes. Durante o dia passam mercadorias lícitas consideradas contrabando ou descaminho pela jurisdição e durante a noite a passagem é de mercadorias ilegais tipificadas como tráfico: “Durante o dia o porto [clandestino] passa mercadorias como o contrabando e o descaminho que é roupa, cigarro, brinquedo, mas a noite isso muda, porque a noite passa as drogas” (POLICIAL BR 2). As práticas acabam sendo confundidas e condenadas por serem vinculadas, independentemente do tipo de mercadoria. Por isso: “[...] atividades juridicamente distintas acabam sendo equiparadas na cotidianidade pela mídia e pela forma de combate exercida pela Receita e Polícia Federal” (CARDIN, 2012, p. 215). Assim:

O aprofundamento do **processo de criminalização do “circuito sacoleiro”**, durante os primeiros anos do século XXI, definiu com mais clareza as posições existentes. A suposta ilegalidade da atividade, vinculada e divulgada como contrabando, misturada com preconceitos derivados das proximidades com as rotas de tráfico e exorcizada como fonte de sustentação de **terrorismo internacional, estigmatizou trabalhadores e forneceu argumentos para a perseguição**. Práticas antes aceitas pela maioria da população da fronteira começam a ser questionadas [...] (CARDIN, 2012, p. 223, grifos nossos).

A implantação das políticas de controle policial, no lado brasileiro e no lado argentino, se deu por meio dos governos federais, mas todo esse controle não foi por iniciativa desses dois países, apesar da execução ser deles. A implantação dessas políticas foi uma imposição norte-americana em função da acusação de a Tríplice Fronteira abrigar células terroristas, dando início à “guerra ao terror” (AMARAL, 2008).

A Tríplice Fronteira começou a ser acusada de abrigar células terroristas, por haver um considerável número de imigrantes e descendentes de árabes libaneses nessa região. A imprensa internacional, especialmente a norte-americana, passou a representar as práticas do circuito sacoleiro e a comunidade árabe como terroristas. Isso porque os árabes eram os principais comerciantes e donos das lojas em Ciudad del Este e seus produtos eram comercializados, principalmente, aos laranjas e aos sacoleiros do Brasil.

As atividades desenvolvidas na Tríplice Fronteira e que eram consideradas problemáticas pelo governo norte-americano foram atribuídas à comunidade árabe. Essas atividades eram o tráfico de armas e de drogas, o contrabando, o roubo, a falsificação, a lavagem de dinheiro e a oferta de um campo de treinamento para o terrorismo. Para o governo norte-americano, todas essas atividades serviam para financiar o terrorismo mundial (AMARAL, 2008; MONTENEGRO, 2007; BÉLIVEAU, 2011).

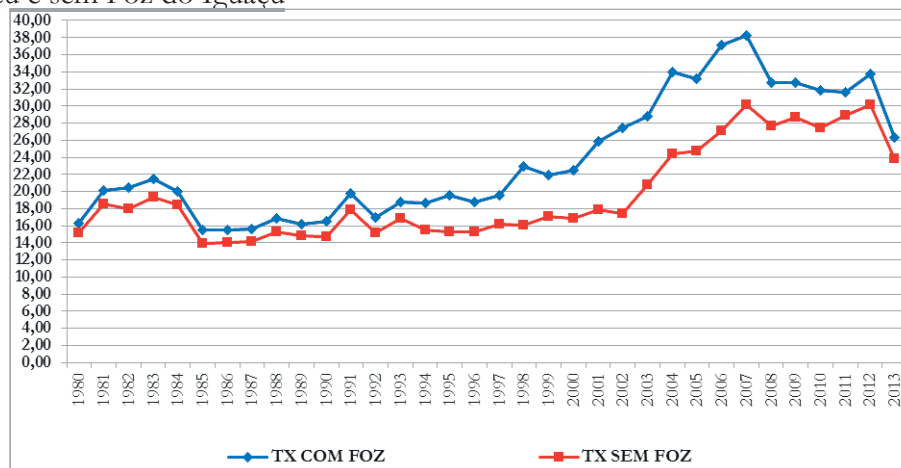
Ferrell, Hayward e Young (2008) já haviam dito que as trajetórias do significado do crime e da justiça criminal podem mudar de forma dramática. Os significados podem mudar para atender a novos senhores políticos, que criam uma nova “guerra”, não mais contra as

drogas, mas contra o terror, e por isso são criados novos estereótipos.

Esse processo contribuiu com a mudança no comportamento das taxas de letalidades em Foz do Iguaçu e na faixa de fronteira paranaense. O período de crescimento das taxas de Foz do Iguaçu coincide com as políticas de remoção do governo municipal, com o projeto “Beira-Rio”, que ocorreu na década de 1990. A intensificação das políticas de controle dos governos estadual e federal ocorreu a partir do ano 2003, período em que as taxas de Foz do Iguaçu já haviam atingido 100 mortes por 100 mil habitantes. Essas taxas elevadas permaneceram por mais três anos, quando começam a cair significativamente. Por outro lado, foi a partir de 2003 que as taxas na faixa de fronteira do Paraná praticamente dobraram em quatro anos (2003-2007) e permaneceram elevadas.

A Figura 2 faz um comparativo das taxas de mortes violentas dos 139 municípios da faixa de fronteira do Paraná (representados pela *linha azul*) com as taxas dos mesmos municípios da faixa de fronteira excluindo-se Foz do Iguaçu (representados pela *linha vermelha*). As duas linhas da série histórica possuem um comportamento semelhante até o ano de 1996, quando as taxas de toda a faixa de fronteira, representadas pela *linha azul*, altera o comportamento e aumenta, entre 1997 e 2006. A partir desse período, as taxas sofrem sucessivas quedas, com leve aumento em 2012 e queda em 2013. Essas mortes seguem a tendência do município de Foz do Iguaçu. Por outro lado, as taxas de letalidades da *linha vermelha* (que não considera as taxas de Foz do Iguaçu), aumentaram entre os anos 2003 e 2007. Essas taxas permanecem constantes até 2012, com queda em 2013. O aumento das taxas da *linha vermelha* ocorreu no período que começaram as políticas de controle mais rígidas, com as políticas de repressão do governo federal e do governo estadual.

Figura 2 – Comparativo das taxas de letalidades da faixa de fronteira paranaense com Foz do Iguaçu e sem Foz do Iguaçu



Fonte: Datasus (2016).

Com o gráfico podemos afirmar que ocorreu um processo mais complexo que a migração do crime, como é a explicação recorrente. As mortes não diminuíram em Foz do Iguaçu de forma proporcional ao aumento das taxas em outros municípios fronteiriços, mas ocorreu um significativo aumento dessas taxas no espaço, em um processo de difusão da violência, que não se limitou ao lado brasileiro.

Por outro lado, os grupos que atuavam no circuito sacoleiro e no circuito mais vinculado ao narcotráfico migraram para outros municípios fronteiriços. Os entrevistados da coleta de dados feita por nós também comentam que ocorreu um processo de mudança do

lugar das práticas e dos tipos de práticas, além de terem sido intensificadas. Um dos *rappers* comenta que as práticas mudaram de Foz do Iguaçu para a região de Guaíra:

Migrou principalmente para Guaíra, Salto del Guairá, aqueles lados ali. O povo foi pra lá porque a fiscalização não era muito grande. Pra você ver, de Mundo Novo pra Guaíra não tem essa Polícia Rodoviária como nós temos, essa Receita Federal como nós temos, tanto que eu conheço Guaíra e conheço algumas barrancas e lá o fluxo continua normalmente, porque atravessam barcos e mais barcos de mercadorias, de droga e de tudo. E por mais que tenha dado uma reduzida nos números de mercadorias contrabandeadas por aqui, o comércio continuou (RAPPER BR 2).

Como visto, as práticas do tráfico e do contrabando se difundiram na fronteira em função do forte controle policial que se torna inibidor no local em que atua. A fala do *Rapper* 2 se encontra com a fala dos policiais e dos jornalistas, pois argumentam que o intenso controle policial em Foz do Iguaçu inibiu as práticas ilícitas no município, mas que elas se disseminaram ao longo do lago de Itaipu. Um dos policiais entrevistados reforçou esse argumento:

Quando sai alguma operação em Foz as mortes diminuem bastante. Cai porque eles ficam meio acuados, mas eles vão praticar nas outras cidades vizinhas. Aqui quando tem operação já de cara tem a Polícia Federal, a Receita e a Rodoviária Federal. Quando eles começam a fazer as operações, a gente intensifica o policiamento na cidade, porque a gente já sabe que os “mulas”¹², os “formiguinhas”¹³ que puxam as caixas, eles não vão trabalhar nesses dias e como eles não vão conseguir levar a mercadoria, muitos acabam cometendo roubos. Então são feitas as operações lá na BR 277, no rio e também na cidade, principalmente na favela (POLICIAL BR 2).

A presença da polícia é considerada um fator de inibição das mortes no local em que ela atua, mas também é considerada um fator de difusão de práticas ilícitas e da violência. Percebe-se claramente que a presença das forças policiais não solucionou o problema da violência e do tráfico na fronteira paranaense. O controle resultou na diminuição das taxas de letalidades em Foz do Iguaçu, em detrimento da difusão e do aumento das práticas ilícitas e das letalidades nos municípios vizinhos. Além disso, há a migração da tipicidade das práticas ilícitas que o controle provoca nos dias das operações policiais. Conforme os entrevistados, muitas pessoas envolvidas com os mercados ilícitos transnacionais mudam de atividade, temporariamente, para cometer roubos ou pequenos furtos dentro da cidade.

Essas operações não foram capazes de fazer o efetivo combate às práticas ilícitas e às mortes violentas. Provocar a mudança de local de atuação dos sujeitos para operar em municípios vizinhos, em práticas também ilegais, não é solucionar o problema. O *Rapper* 3 corrobora com essa perspectiva e acrescenta que as operações policiais estimularam outra dinâmica das práticas ilícitas: o tráfico a varejo nos municípios da faixa de fronteira:

A polícia não resolveu coisa alguma, as pessoas saíram de Foz para sobreviver. Porque por mais que você perde a mercadoria você vai continuar com aquilo, porque por mais que você vai pra outra cidade você vai ter que voltar ali pra pegar

12 Pessoa que transporta mercadorias ilícitas.

13 Pessoa que transporta mercadorias ilícitas em pequenas quantidades.

mercadoria, ou a droga, ou o que seja pra vender lá fora. Aí você cai num lugar como Toledo, aí você pensa: “essa droga vai cair bem ali, tipo cocaína”. Como a pessoa já tem os contatos em Foz ela liga: “Ô irmão e aí, ali o bagulho que rola é a cocaína, vamos começar a rodar?”. As pessoas até migram de Foz pra trabalhar no mercado formal, só que assim, eles ganham um dinheiro e vazam pra Foz. Às vezes o cara vai pra outro município e consegue uns dois contos [dois mil reais] e aí pensa: “Há, com esses dois conto o que eu faço? Há, vou pra Foz e compro uns quilos de maconha e mando pra cima e fico *playboy*” (RAPPER BR 3).

O *Rapper* 3 apresenta uma nova situação na mudança das práticas em função da intensificação do controle: a entrada no mercado formal em municípios vizinhos, como o município de Toledo, para juntar dinheiro e iniciar o tráfico na cidade. Mas existem outras situações que ocorreram após o aumento do controle ao circuito sacoleiro. Muitas pessoas que sobreviviam desse circuito começaram a trabalhar nas agroindústrias da região, como na Lar, em Matelândia (100 km de Foz do Iguaçu), e na Frimesa, em Medianeira (60 km de Foz do Iguaçu). Essas cooperativas agroindustriais são especializadas em abate animal, aves e suínos, que são destinados ao mercado interno e externo, como relata o *Rapper* 2: “Hoje quem não foi embora consegue seus empregos na Lar e na Frimesa mesmo que passa a maior parte do tempo viajando. Muitos desses trabalhavam na Ponte [da Amizade]” (RAPPER BR 2).

Nesse sentido, Cardin afirma:

[...] a ação do governo fica concentrada na tentativa de disciplinar e controlar a fronteira, com investimentos na estrutura de fiscalização e nas operações especiais de combate ao contrabando, ao descaminho e à pirataria. O resultado tem sido um aumento no valor das apreensões, e um conjunto de rearticulações dos trabalhadores na tentativa de manter suas práticas. Por outro lado, fomentou uma mudança na paisagem da fronteira com a visível diminuição gradativa no número de pessoas e de veículos durante as duas últimas décadas. Mas tal colocação não significa que o capital e a quantidade de mercadoria que circulam na região tenham diminuído [...] (CARDIN, 2012, p. 225).

A política de controle ao circuito sacoleiro ocorreu exclusivamente em Foz do Iguaçu. As operações para toda a fronteira brasileira começaram somente a partir de 2011. O Plano Estratégico de Fronteiras (PEF) nasceu com o propósito de reforçar a presença nos 16.880 km de fronteira terrestre do Brasil com os países vizinhos. A partir de junho de 2011, sob a coordenação do então vice- presidente da República Michel Temer, o governo federal passou a integrar as ações dos diversos ministérios e os poderes públicos locais. A Operação Ágata, conduzida pelo Ministério da Defesa, e a Operação Sentinela, pelo Ministério da Justiça, são os vértices do PEF para o combate à criminalidade na fronteira.

Com o lançamento do Plano Estratégico de Fronteiras, o incentivo ao desenvolvimento regional por meio do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira (PDFF) foi substituído pelo combate à criminalidade como objetivo principal. Com isso caíram consideravelmente os investimentos ao PDFF destinados ao: “[...] combate às desigualdades regionais, ao fortalecimento do potencial de desenvolvimento dos municípios componentes da Faixa de Fronteira, e ao resgate da dívida social com uma população em histórica situação de vulnerabilidade” (GEMELLI, 2013, p. 126). Essa mudança de critérios gerou críticas ao governo federal, porque: “[...] onde não há o incentivo ao desenvolvimento regional e à melhoria da renda da população, a atividade ilegal se fortalece, pois representa uma renda extra para atender às necessidades que o Estado não supriu à população” (GEMELLI, 2013,

p. 126).

Esse comportamento do Estado brasileiro é semelhante ao que David Garland (2008) descreveu sobre os EUA e a Grã-Bretanha. Os recursos antes disponibilizados para habitação, saúde e educação passam a ser gastos com forças armadas, polícias e prisões em nome da “lei e ordem” ou da “segurança cidadã” que engendram uma relação entre políticas econômicas e punitivas. Logicamente, esse processo descrito por Garland refere-se ao desmantelamento do Estado de bem-estar social, que nunca foi praticado no Brasil. Mas como as políticas repressivas foram espelhadas nesses países, o pouco que se tinha de “bem-estar social” no Brasil foi suprimido por penas mais enrijecidas e pela “criminalização da pobreza” (WACQUANT, 2008).

O Paraguai seguiu a onda de controle brasileiro promovido pela Receita Federal e consolidou um movimento ligado ao discurso brasileiro sobre a imoralidade do circuito sacoleiro. O discurso foi produzido pelo secretário da *Federación de Trabajadores de la Vía Pública*, mesmo ciente de que grande parte das mercadorias negociadas pelos seus associados tinham o acesso proibido ao Brasil. Isso porque existia uma disputa interna no comércio do microcentro de Ciudad del Este, que legitimava o discurso do controle na aduana brasileira. Essa disputa acontecia entre os lojistas e os comerciantes de rua, os ambulantes, os *mesiteros* e demais trabalhadores informais, em função do crescimento desorganizado do comércio de rua, que se desenvolveu significativamente na década de 1990. Algumas estimativas apontavam o número de seis mil *mesiteros* em 1998, como o da *Federación de Trabajadores de la Vía Pública*. Em nome de melhorias para as práticas de trabalho nas ruas de Ciudad del Este: “[...] foram elaborados e estabelecidos diversos acordos e projetos entre a federação, a prefeitura e a Itaipu Binacional, sendo o mais representativo, devido ao montante de dinheiro envolvido, a reforma urbana do microcentro do município [...]” (CARDIN, 2007, p. 08). Essa reforma promoveu uma série de remoções de comerciantes de rua no microcentro de Ciudad del Este.

Mais recentemente, o jornal *A Gazeta do Iguaçu* (2014) retratou no editorial as mudanças e as reformulações que estão ocorrendo no microcentro de Ciudad del Este com a “Quarta Etapa”, que é um projeto urbanístico para a área central de Ciudad del Este. Com esse projeto, ocorreram demolições de prédios antigos, reformas no asfalto e no calçamento. O discurso oficial prometia a melhoria no trânsito, a diminuição de engarrafamentos e a “humanização” do centro da cidade fronteiriça, além da tentativa de “reconversão”, para reorientar a economia.

No *Diario Vanguardia* (2014) esse projeto urbanístico foi duramente criticado. Com o termo “*reordenamiento*” o jornal acusou as autoridades municipais de promover uma falácia, porque a recuperação dos espaços públicos não passaria de meias verdades. Para o jornal, o “reordenamento” será na zona central e não nos espaços periféricos, que têm vários problemas estruturais.

Atrelado a todo um movimento de “reordenamento”, as vendas em Ciudad del Este começaram a retrair mais intensamente a partir do ano de 2011. Essa retração é atribuída, em grande medida, às políticas de controle do Brasil, à variação cambial e à desorganização da cidade, conforme a jornalista relata: “Os comerciantes tinham uma boa venda até 2011, mas nos anos de 2013 e 2014 sentiram a queda em torno de 30% nas vendas. A explicação para essa queda são as políticas de controle do Brasil, os preços pouco atrativos e competitivos e a desorganização da cidade” (JORNALISTA PY 2).

Essa queda brusca no comércio paraguaio evidencia as consequências que as políticas de controle do Brasil provocaram no lugar. O controle explícito na Ponte da Amizade

provocou desajustes econômicos consideráveis ao comércio de Ciudad del Este e promoveu a migração de atuação econômica para as indústrias maquiladoras: “Eu creio que as pessoas daqui seguem dependendo do comércio. Mas existe uma grande quantidade de indústrias que se instalaram em Minga Guazú, em Ciudad del Este, em Hernandárias que está absorvendo trabalhadores e movendo a economia” (JORNALISTA PY 2).

No Paraguai está, prevista a instalação de indústrias maquiladoras com capacidade de gerar mais de 10.000 postos de trabalho. Atualmente, existem mais de 20 indústrias maquiladoras em Hernandárias, com capacidade de gerar 1.500 empregos. Essas indústrias estão amparadas pelo Regime da Maquila regularizado no ano 2000. Esse regime permite às empresas importar matérias-primas, maquinários e insumos isentos de impostos e de outros encargos e amparados por uma lei trabalhista precária.

A indústria maquiladora foi considerada uma saída frente ao controle brasileiro e uma política de crescimento do governo de Horácio Cartes que atraiu principalmente indústrias brasileiras. Em dois anos foram abertas 54 indústrias de maquilária no Paraguai, sendo 48 brasileiras. Essas empresas destinam 90% da produção para o Mercosul e o restante para países como EUA, Tailândia, Indonésia e China (BAREIRO, 2015). O “canto da sereia” é dado pela existência de energia abundante e barata, carga tributária baixa e mão de obra disponível.

As consequências das políticas de controle brasileiras foram drásticas no lado paraguaio. Em um primeiro momento, as principais consequências do controle aos sacoleiros foi a retração do comércio no microcentro de Ciudad del Este. Essa retração gradativa chegou ao esvaziamento das lojas, das pessoas circulando nas ruas e na Ponte da Amizade. Certamente, isso não foi mérito único e exclusivo dessas políticas: foi também consequência da variação cambial, com o dólar chegando a quase quatro reais, e da reforma da Ponte da Amizade, que dificultou a circulação entre os países. Os efeitos últimos dessas políticas são a reestruturação industrial por meio da maquilária, que explora a mão de obra pouco qualificada, reproduzindo a miséria social.

Por outro lado, a Argentina pouco sentiu as políticas de controle do Brasil. No lado argentino existe um aparato policial muito intenso e um controle migratório muito rígido. Conforme Dreyfus (2007), a cidade de Puerto Iguazú registra baixas taxas de delinquência e conta com forte presença de todos os organismos de segurança, como a Polícia Federal, a Guarda Costeira, o setor de inteligência, entre outros, como a Polícia Provincial de Misiones, a Polícia Federal, a *Germanderia*, que cuida da fronteira, a Prefeitura Nacional, que cuida dos rios, e as Polícias Portuária e Aeroportuária. Todas com ações permanentes.

A presença do Estado não é equivalente na Tríplice Fronteira. O Brasil e a Argentina possuem um controle mais intenso do que o lado paraguaio. Mas o controle das ilegalidades se vincula mais à economia e às práticas do que àquilo que as políticas de segurança nacional entendem como crime. Como visto, as políticas implantadas para Foz do Iguaçu não foram eficientes para diminuir as letalidades na fronteira. Certamente, as políticas de repressão implantadas desde 2003 foram nitidamente responsáveis pelas quedas sucessivas das mortes no município de Foz do Iguaçu. Mas até o momento as taxas ainda estão significativamente elevadas e muito acima da média nacional.

Em função disso, é possível afirmar que quanto mais se investiu em operações policiais e no controle da fronteira mais as mortes aumentaram. A política de controle enfatizada pela intensificação do controle policial gerou um efeito negativo para o local. Isso nos permite afirmar que o aumento das mortes na fronteira paranaense foi provocado pelo controle e pela repressão policial. Loïc Wacquant (2008) e David Garland (2008) já apontavam que os cortes

financeiros dos programas sociais e universais, como educação e saúde, além de políticas que promovam o desenvolvimento regional, contrastam com os investimentos maciços no sistema penal.

O comportamento das taxas de letalidades pós terceira fase das políticas de controle

Como visto até o momento, ao longo da década de 2000 foram implementadas várias políticas de controle com forças de segurança sobre Foz do Iguaçu e mais recentemente sobre todo o território da faixa de fronteira brasileira, com as operações Ágata e Sentinela. No momento, inicia-se uma terceira política de controle exclusivamente para a Tríplice Fronteira: o projeto “Beira Foz”. Essa política integra os Ministérios brasileiros da Defesa, do Turismo e do Meio Ambiente.

O “Beira Foz” tem apoio e participação dos governos municipal, estadual e federal, além da participação de organizações locais, especialmente voltadas ao turismo, e da Itaipu Binacional. O projeto está em discussão há quase uma década, permeado por muita disputa entre os vários setores envolvidos. O “Beira Foz” foi projetado pela consultoria Arup, da Inglaterra, uma das maiores consultorias do mundo em projetos urbanísticos. O projeto é estratégico para o desenvolvimento urbano e para a ocupação das margens do Rio Paraná e do Rio Iguaçu, que prevê investimentos públicos e privados (PREFEITURA DE FOZ DO IGUAÇU, 2015).

Conforme Ribeiro (2015), o projeto “Beira Foz” voltou a ser pensado no final da década de 2000. A partir desse momento, as forças culturais dominantes de Foz do Iguaçu passaram a se articular de maneira efetiva ao repaginar o projeto “Beira-Rio” executado na década de 1990. No editorial de 05 de fevereiro de 2014, o jornal *A Gazeta do Iguaçu* (2014) apresentou as diversas instituições envolvidas no projeto “Beira Foz”, bem como a proposta ideológica do projeto, que é a mesma proposta de revitalização urbana nas beiras dos rios em várias cidades do mundo. Além disso, apresentou o caráter de segurança pública que envolve.

A implementação de um projeto como esse envolve várias frentes de interesses. O projeto integra o governo federal, que é oficialmente o dono das margens dos rios Paraná e Iguaçu, a Itaipu Binacional e outros setores da elite local. Garland (2008) aponta esse processo como estratégia de parcerias preventivas, que significa a ampliação do campo do controle do crime para além do Estado de justiça criminal. Essa estratégia envolve atores e agências da sociedade civil e permite que rotinas do controle: “[...] sejam organizadas e direcionadas ao largo das agências estatais. O controle do crime está se tornando responsabilidade não só dos especialistas da justiça criminal, mas de todo um conjunto de atores sociais e econômicos [...]” (GARLAND, 2008, p. 370). Isso promove o compartilhamento das responsabilidades, que inclui a sociedade civil na formulação e implementação das políticas públicas de segurança. A parceria público-privada fica evidenciada na fala do jornalista brasileiro:

Foz do Iguaçu assumiu verdadeiramente o turismo como vocação. Teve uma reunião com vários segmentos: o Fundo Iguaçu, a Tele Turismo, a Uniguaçu, a Associação de Guias, o Contur, que se uniram para desenvolver Foz do Iguaçu. O Fundo Iguaçu tinha a ideia de construir a “Beira Rio”, que é uma avenida que sai da Ponte da Amizade e hoje ela chega até próximo ao Centro. Agora eles ampliaram esse projeto da “Beira Rio” e criaram a “Beira Foz”, que é uma avenida que vai passar beirando o Rio Paraná e o Rio Iguaçu. Como a área próxima ao rio é federal, toda essa área o governo quer passar em comodato, ou

vender, ou licitar para que empresas construam hotéis, parques temáticos, porque são regiões muito bonitas e se bem aproveitadas, vai reduzir o uso dos rios como um local de contrabando. Hoje Foz do Iguaçu está virada de costas para os rios, a gente não os usa como deveria, porque quem usa os rios são os contrabandistas (JORNALISTA BR 1).

Caso o Projeto “Beira Foz” seja efetivado, a construção da avenida luxuosa nas margens dos rios será acompanhada de grandes hotéis, condomínios, clubes e uma vasta área de serviços privados. Mesmo que ainda não tenha saído do papel, o projeto já beneficia a especulação imobiliária e evidencia as disputas por interesses entre as elites locais para decidir o “destino” mais lucrativo das margens do Rio Paraná. Por outro lado, os moradores do Cidade Nova acreditam que, caso o projeto seja de fato executado, as consequências em relação às taxas de letalidades serão drásticas, conforme argumenta o *Rapper 2*:

Se isso acontecer, vai ser a mesma coisa das outras vezes que houve remoções, porque o vizinho que você vai ter não é mais o mesmo vizinho que você tinha quando morava na favela. Você vai ficar misturado no meio do povo que você não conhece e aí todas as regras que foram criadas na favela acabam ficando sem referência... “E agora, quem vai protestar por nós?”. Até achar quem proteste acaba acontecendo muitas coisas, porque dentro da favela, você tem a quem recorrer, mas nesses locais de remoções até brotar um “cabeça” leva dois, três anos e durante esse tempo é guerra. Ali começa a disputa de quem vai ficar com que tipo de droga e aí até criar esse vínculo dentro da comunidade já morreu um, dois, três (RAPPER BR 2).

O projeto “Beira Foz” e todo o plano turístico para o local têm custos econômicos e ambientais consideráveis, mas principalmente sociais. Os danos sociais estão relacionados às remoções maciças de moradores das beiras dos rios revisitando um drama já vivido pelo município de Foz do Iguaçu com o projeto “Beira-Rio”.

No lado paraguaio existe um plano de desenvolvimento urbanístico, mas que é encampado pela Itaipu Binacional e pelo governo municipal de Ciudad del Este¹⁴. O “Plano de Desenvolvimento Sustentável do Leste” leva a proposta de desenvolvimento econômico, ambiental e social. O Plano foi projetado por Cássio Taniguchi, ex-prefeito da cidade de Curitiba, Paraná, e o propósito é levar para Ciudad del Este o mesmo conceito de urbanização de Curitiba. O projeto foi financiado pela Itaipu Binacional em parceria com a prefeitura de Ciudad del Este: “El proyecto es impulsado por la Municipalidad local con el apoyo de empresarios del sector privado que costearán la elaboración del mismo [...]” (DIÁRIO VANGUARDIA, 12 out. 2014, p. 01). O plano foi pensado como uma forma de impulsionar a economia local, frente à crise do comprismo, sem qualquer propósito de segurança. No lado Argentino, o projeto urbanístico concretizado com a Avenida Costaneira teve proposta ambiental.

Como visto, o projeto “Beira Foz” tem uma proposta integrada entre Turismo, Justiça e Meio Ambiente via governo federal e setores econômicos locais. Certamente, o foco é a urbanização, mas não se pode ignorar que esse projeto monumental tenta transplantar um caráter de segurança nacional, para ser legitimado. O que se pode esperar dele, caso seja executado, é que as taxas de letalidades certamente mudarão de comportamento: voltarão a

¹⁴ As discussões mais profundas sobre os projetos urbanísticos na Tríplice Fronteira estão em desenvolvimento, mas algumas pesquisas já foram divulgadas por Eric Cardin e Danilo Ribeiro.

subir caso se replique a forma de distribuição das casas e seguir a mesma lógica do projeto “Beira-Rio”.

Considerações finais

As forças culturais dominantes de Foz do Iguaçu representadas pelo setor do turismo, com toda a sua força ideológica, pressionavam constantemente o poder político no sentido de “higienizar” determinados espaços. Uma das primeiras ações do poder público, que já havia sido ensaiada nas décadas de 1970 e 1980, se efetivou em 1991. O projeto “Beira-Rio” seguiu o propósito higienista, mas também demonstrou ser uma política de segurança e combate ao tráfico de drogas, porque as forças culturais dominantes consideravam o tráfico internacional como o responsável pelas mortes violentas no Centro da cidade. A construção da Avenida Beira-Rio provocou as remoções dos moradores das favelas do centro da cidade, próximos da barranca do Rio Paraná, para a região Norte de Foz do Iguaçu.

O projeto “Cidade Nova” misturou moradores de favelas diferentes e antigos rivais em um único espaço, o que provocou um fenômeno semelhante ao identificado por Alba Zaluar (1996, 1999) nas pesquisas sobre os morros do Rio de Janeiro, nas décadas de 1970 e 1980. As remoções provocaram o encontro de traficantes, antigos rivais e com rixas antigas. Muitas rixas foram resolvidas a partir desse momento, o que gerou muitas mortes. Além disso, uma área nova gera oportunidades de mercado no tráfico a varejo, isso promove as disputas por domínio de território para ser o “chefe da boca”.

A segunda fase das políticas de controle assumida com a força policial teve como prioridade o combate ao circuito sacoleiro, juntamente com o tráfico de drogas, de armas e os crimes de fronteira. Como o setor sacoleiro foi mais duramente fiscalizado, suas práticas passaram a ser consideradas as responsáveis pelo aumento do comportamento desviante.

A política de controle das forças policiais impulsionou o controle da fronteira no lado brasileiro. Esse controle pode até servir de exemplo amplamente divulgado e vangloriado pela polícia e pelos jornalistas por ter “gerado” resultados imediatos na redução das taxas de letalidades do município de Foz do Iguaçu. No entanto, a queda dessas taxas não pode ser analisada isoladamente, bem como seus “efeitos colaterais” precisam ser postos em um plano de análise.

Como visto, é comum atribuir a queda das mortes violentas às políticas de controle, mas em momento algum se atribui o aumento das mesmas taxas a essas políticas. O aumento das taxas de letalidades ocorreu com a execução do projeto “Beira-Rio” e a queda das taxas foi provocada pelo uso das forças de segurança, no combate ao circuito sacoleiro e aos crimes de fronteira. No entanto, a segunda política aplicada em Foz do Iguaçu contribuiu para a difusão das práticas ilícitas e da difusão das mortes violentas na faixa de fronteira paranaense. Ou seja, o uso das forças de segurança em Foz do Iguaçu não fez a contenção das mortes. As forças somente as conteram naquele município, por ter virado uma espécie de “ilha de segurança”. Isso quer dizer que, apesar de Foz do Iguaçu ter sentido positivamente os reflexos da diminuição das taxas de letalidades, elas não necessariamente diminuíram, sofreram um processo de difusão no espaço. Além disso, contribuíram para mudanças consideráveis no lado paraguaio, com um processo de retração do comércio de produtos importados.

As políticas de controle do Brasil contribuíram para “minguar” o comércio de Ciudad del Este e conseqüentemente o comércio dos árabes, sendo que a economia do local era diretamente dependente desse setor. Essa perda significativa do comércio do microcentro

de Ciudad del Este pode ter oferecido um espaço para atuação de novas forças naquele lado relacionadas muito possivelmente ao narcotráfico. Mas isso, as futuras pesquisas poderão esclarecer.

A política implantada para conter o circuito sacoleiro pelo Brasil não foi arquitetada pelas forças culturais do local, mas pelo governo federal, juntamente com o governo do Estado do Paraná, por pressões do governo norte-americano, em um plano maior de seguridade para a Tríplice Fronteira, na “guerra ao terror”. Essa intervenção revela que a Tríplice Fronteira e suas questões de segurança não foram pensadas somente no nível local, mas também no nível nacional e global. O combate a esse setor promoveu o espraiamento das práticas categorizadas como contrabando, descaminho e tráfico ao longo do lago de Itaipu e estimulou o aumento das mortes violentas na faixa de fronteira do Brasil com o Paraguai. Ou seja, “resolvemos” um problema norte-americano e criamos um problema para o Brasil.

A contradição entre o maior controle e o aumento das taxas de letalidades fez o Estado enrijecer ainda mais o controle criando novas leis, que criminalizaram e puniram desproporcionalmente as práticas ilícitas. Um exemplo é a criminalização da compra de pneus e cigarro, cuja pena é a retenção do veículo e a prisão, que antes (até 2014) era de um a quatro anos para o tempo de prisão e agora é de dois a cinco anos, sem direito a fiança. A pena prevista para quem for pego por descaminho continua de um a quatro anos de prisão. Cabe ressaltar que se a pessoa for pega cometendo essas práticas nos rios, o tempo de prisão é dobrado. Essa forma de atuação do estado brasileiro evidencia o que Loïc Wacquant (2008) denomina “punição aos pobres”, com a criminalização constante de trabalhadores que vivem na informalidade.

Conforme Pinheiro-Machado (2004), o critério para determinar se a mercadoria é “legal” ou “ilegal” é determinado pelo mercado. Um exemplo disso pode ser a ilicitude atribuída para a compra de pneus no Paraguai com as idas e vindas da repressão sobre esse produto ao longo dos anos. Em 2009, o comércio de pneus estava liberado, assim: “[...] o que determina o que deve ser mais combatido pela fiscalização – logo, o que é mais ‘ilegal’ – são critérios de mercado. Pois as multinacionais de cigarros e de informática pressionam o governo federal a tomarem medidas urgentes de combate ao contrabando e à pirataria [...]” (PINHEIRO-MACHADO, 2004, p. 71).

A simples pressão dos mercados não geraria tanto investimento no controle fronteiriço, porque esses setores não teriam força ou influência suficiente para pressionar o governo federal na implantação de uma verdadeira operação de guerra aos sacoleiros. Além disso, se fosse somente esse o motivo, o controle não ficaria restrito à Tríplice Fronteira. Por mais que tenha ocorrido essa pressão dos mercados, esse foi mais um dos elementos nesse processo todo, ajudando a estabelecer os parâmetros do que deveria ser mais controlado em determinados momentos. Por isso, não é possível ignorar toda pressão norte-americana para o controle ao circuito sacoleiro, ao acusar os que dele fazem parte de terroristas.

Em Foz do Iguaçu as taxas de letalidades diminuíram, mas existe a expectativa de que elas voltem a subir, especialmente com a eminente possibilidade de execução do projeto “Beira Foz”, que irá promover as remoções das favelas das barrancas dos Rios Paraná e Iguaçu. Esse projeto articula o setor do turismo, do meio ambiente e da segurança pública e é liderado pelo setor privado ligado ao turismo da Tríplice Fronteira. Seguindo o mesmo caminho dos EUA e da Grã-Bretanha: “[...] O Estado vem se despidendo de muitos poderes, remanescendo em suas mãos apenas o poder punitivo; cabe a ele, assim, exercer este poder punitivo de forma mais funcional aos que detêm o poder econômico [...]” (NASCIMENTO,

2008, p. 29). As consequências mais drásticas dessas políticas serão sentidas quando de fato for implantada a terceira fase das políticas de controle em Foz do Iguaçu; se colocados grupos rivais no mesmo espaço, o projeto tende a ser uma “tragédia anunciada”.

Referências

A GAZETA DO IGUAÇU. **Polícia**, fev. 2014/jan. 2014-2015.

AMARAL, A. B. do. **A guerra ao terror e a Tríplice Fronteira na agenda de segurança dos Estados Unidos**. 2008. 278 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Pontifícia Universidade Católica (PUC/RJ), Rio de Janeiro, 2008.

BAREIRO, S. M. **Desarrollo económico del distrito de Hernandarias - Alto Paraná**. 2015. 50 f. Monografia (Bacharel em Ciências Econômicas – Economía, Integración y Desarrollo) – Universidad Federal de la Integración Latino Americana (UNILA), Foz do Iguaçu, 2015.

BÉLIVEAU, V. G. La “triple frontera” y sus representaciones: políticos y funcionarios piensan la frontera. **Frontera Norte**, México, v. 23, n. 46, p. 7-34, jul./dez. 2011.

CARDIN, E. G. La formación y la organización de los trabajadores de las vías públicas de Ciudad del Este – Paraguay. In: CONGRESO NACIONAL DE ESTUDIOS DEL TRABAJO. 8., 2007, Buenos Aires. **Anais...** Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires, 2007, p. 1-13.

_____. Expansão do capital e desenvolvimento regional: Foz do Iguaçu entre o legal e o ilegal. **Ideação – Revista do Centro de Educação e Letras da Unioeste**, Foz do Iguaçu, v. 12, n. 1, p. 101-117, 1º sem. 2010.

_____. Ação racional e cotidiano: notas para o estudo dos trabalhadores da Tríplice Fronteira. In: MACHADO E SILVA, Regina Coeli; SANTOS, Maria Elena Pires (Orgs.). **Cenários em perspectiva: diversidades na Tríplice Fronteira**. Cascavel: Edunioeste, 2011, p. 121-140.

_____. Trabalho e práticas de contrabando na fronteira do Brasil com o Paraguai. **Geopolítica(s)** – Revista de estudios sobre espacio y poder, Madrid, v. 3, n. 2, p. 207-234, jul./dez. 2012.

CATTA, L. E. **O cotidiano de uma fronteira: a perversidade da modernidade**. Cascavel: Edunioeste, 2003.

_____. Pobreza e marginalidade na Tríplice Fronteira. In: MACHADO E SILVA, R. C.; SANTOS, M. E. P. (Orgs.). **Cenários em perspectiva: diversidades na Tríplice Fronteira**. Cascavel: Edunioeste, 2011.

DATASUS – DEPARTAMENTO DE INFORMÁTICA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE. Sistema de Informação de Mortalidade do Ministério da Saúde (SIM/MS). **Estatísticas vitais**. 2016. Disponível em: <www.datasus.gov.br>. Acesso em: 01 fev. 2016.

DIARIO VANGUARDIA. **Policiales**, jan./dez. 2014. Disponível em: <http://www.vanguardia.com.py/v1/index.php/edicion-impres/policiales>. Acesso em: dez./jan. 2014/2015.

DREYFUS, P. La Triple Frontera: zona de encuentros y desencuentros. In: HOFMEISTER, W.; ROJAS, F.; SOLIS, L. G. (Org.). **La percepción de Brasil en el contexto internacional: perspectivas y desafíos**. Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer-Stiftung, 2007.

FERRELL, J.; HAYWARD, K.; YOUNG, J. **Cultural criminology: an invitation**. Londres: Sage, 2008.

GARLAND, D. **A cultura do controle: crime e ordem social na sociedade contemporânea**. Tradução de André Nascimento. Rio de Janeiro: Revan, 2008.

- GEMELLI, V. **As redes do tráfico**: drogas ilícitas na fronteira Brasil e Paraguai. 2013. 177 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), Francisco Beltrão, 2013.
- HAESBAERT, R. A multiterritorialidade do mundo e o exemplo da Al Qaeda. **Terra Livre**, São Paulo, v. 1, n. 18, p. 37-46, jan./jun. 2002.
- KLEINSCHMITT, S. C. **As mortes violentas na Tríplice Fronteira**: números, representações e controle social. Estudo comparativo entre Brasil, Paraguai e Argentina. 2016. 234f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2016.
- MONTENEGRO, S. La triple frontera entre Argentina, Brasil y Paraguay: globalización y construcción social del espacio. In: CONGRESO DE LA ASOCIACIÓN LATINOAMERICANA DE SOCIOLOGÍA, 24.,Guadalajara. **Anales...** Guadalajara: Asociación Latinoamericana de Sociología, 2007. p. 1-20.
- NASCIMENTO, A. Apresentação à edição brasileira. In: GARLAND, D. **A cultura do controle**: crime e ordem social na sociedade contemporânea. Tradução de André Nascimento. Rio de Janeiro: Revan, 2008.
- PINHEIRO-MACHADO, R. **“A garantia soy yo”**: etnografia das práticas comerciais entre camelôs e sacoleiros nas cidades de Porto Alegre (Brasil) e Ciudad del Este (Paraguai). 2004. 143 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2004.
- PREFEITURA DE FOZ DO IGUAÇU. **Projeto “Beira Foz” é apresentado à prefeitura de Foz do Iguaçu**, 2015. Disponível em: <<http://www.pmf.pr.gov.br/>>. Acesso em: 25 mar. 2015.
- RABOSI, F. Negociações, associações e monopólios: a política da rua em Ciudad del Este (Paraguai). **Etnográfica**, Lisboa, v. 15, n. 1, p. 83-107, fev. 2011.
- RIBEIRO, D. G. **Metamorfoses na cidade**: tensões e contradições na produção e apropriação do espaço urbano em Foz do Iguaçu. 2015. 263 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), Toledo, 2015.
- SOUZA, A. D. de. **Formação econômica e social de Foz do Iguaçu**: um estudo sobre as memórias constitutivas da cidade (1970-2008). 2009. 218 f. Tese (Doutorado em História Econômica) – Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2009.
- SOUZA, E. B. C. **A região do lago de Itaipu**: as políticas públicas a partir dos governos militares e a busca da construção de um espaço regional. 1998. 179 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, 1998.
- WACQUANT, L. **As duas faces do gueto**. Tradução de Paulo Cesar Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2008.
- ZALUAR, A. **Da revolta ao crime S.A.** São Paulo: Moderna, 1996.
- _____. Um debate disperso: violência e crime no Brasil da redemocratização. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 13, n. 3, p. 03-17, 1999. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/spp/v13n3/v13n3a01.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2011.